

## ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, no Aeroporto Comandante Luiz Carlos de Oliveira, situado na Via Ramon s/ nº, Bairro Ramon, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Lourenço: Renata Costa Prado, Alexandre Paulino Lopes, Josias Sebastião de Souza, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes, Gilsea Pereira Gonzaga, Luiz Cláudio de Almeida Maciel, Auyra Ferrer Haeyden, Demian Mendes Lage e Paula Alves Netto. A Reunião teve início com a Diretora de Cultura Renata Costa Prado explicando que solicitou esta reunião devido às várias pautas que o Conselho precisaria deliberar, sendo a primeira delas a restauração do Aeroporto. Renata citou que durante o Evento JAB, Jogos Aéreos Brasileiros que aconteceram no Aeroporto, ocorreram vários problemas de bastidores, pois o Aeroporto não estava pronto para receber este Evento. Uma das causas desses problemas é a situação em que se encontram os banheiros. Renata disse que o Evento foi muito bonito, mas esses problemas internos ocorreram, mas ela desde o princípio deixou claro para os organizadores do mesmo que o Aeroporto por necessitar de restaurações, não estava preparado para receber um Evento desse porte. Os organizadores responsabilizaram o setor da Cultura pela forma com que o Aeroporto se encontra hoje. No final de 2021 foi apresentado ao Conselho um projeto de restauração do Aeroporto que todos os Conselheiros já têm conhecimento, mas que não estava de acordo com o Dossiê de Tombamento e também não estava de acordo com os critérios da ANAC, a Agência Nacional de Aviação Civil, que é a agência federal reguladora cuja responsabilidade é normatizar e supervisionar a atividade de aviação civil no Brasil. Para que o Aeroporto se torne funcional e possamos passá-lo para alguma concessão será preciso deixá-lo de acordo com as diretrizes. Renata solicitou aos Conselheiros que analisem novamente este projeto que foi apresentado no final do ano passado, que está no Grupo dos Conselheiros, portanto todos têm acesso, para decidir por onde iremos começar esta restauração já no início de 2023. Renata perguntou para nossa consultora Paula Alves Netto se poderá haver alteração no Aeroporto, devido ser um Bem Tombado pelo Município. Paula Alves Netto explicou que o Aeroporto foi protegido por meio de um Tombamento que é um instrumento legal de proteção de um Bem Móvel ou Imóvel. No caso do Aeroporto um Bem Imóvel e ele tem uma diretriz de intervenção. Quando se fala em restauração para manter as características originais do imóvel, não há nenhum problema. O papel do Conselho, junto a gestora do Conselho que é a Renata Costa Prado é analisar em primeiro lugar qual foi a motivação do Tombamento. No caso do Aeroporto foi sua construção modernista, que emprega as formas geométricas e linhas simples, que atingiu seu ápice na década de 50. O Aeroporto foi inaugurado em 1935, mas passou por uma reforma em 1958, trazendo as características da arquitetura moderna. No caso da restauração é preciso manter a estrutura preservada, pois esta estrutura foi a motivação do Tombamento. Renata Costa Prado citou o exemplo das portas. No Dossiê de Tombamento as portas são pintadas de azul, agora estão em tom de verde e um Oficial disse que as portas teriam que ser cinza, pois de acordo com a ANAC as portas dos Aeroportos precisam ser cinza. Paula Alves Netto explicou que neste caso poderão ser feitas adequações, desde que estas sejam passadas pelo Conselho. A Presidente do Conselho Gilsea Pereira Gonzaga lembrou que já tivemos muitos problemas com relação ao asfaltamento na cidade, então será necessário ter muito cuidado com o Aeroporto para não gerar os mesmos problemas, será preciso ter muita cautela. O Conselheiro Luiz Cláudio lembrou

Paula Alves Netto

que sobre o Evento JAB em reunião com os organizadores do Evento já havia sido passada para eles a situação dos banheiros. Foi dito aos organizadores que existe um projeto para restauração do Aeroporto, mas que não daria para ser realizado a tempo para o Evento. Luiz Cláudio solicitou ao Secretário de Turismo Alexandre Luís Melo que tudo que for realizado no Aeroporto deve ser passado antes pelo Conselho. Renata Costa Prado foi nomeada também Gestora do Aeroporto e vê como principal problema a situação dos banheiros, que precisam ser readequados para ter acessibilidade, então muitas peças terão que ser trocadas. Paula Alves Netto explicou que um dos sentidos da Democracia é a cidade inclusiva e neste caso para tornar o banheiro funcional e garantir o direito a[CDM1] acessibilidade e para democratizar o acesso do banheiro para todos pode ser feita a intervenção. No caso do piso do banheiro, se não puder ser recuperado, terá que ser refeito. O Conselheiro Demian disse que o Aeroporto ficou sem uso durante muito tempo. Na visão dele, quando vamos fazer alguma restauração com relação a patrimônio é preciso contratar profissionais da área. A respeito do piso, Demian disse que todos os Conselheiros são leigos para afirmar se o piso tem recuperação ou não, pois o piso faz parte do Tombamento e sendo colocado outro piso, são perdidas as características da motivação do Tombamento. Demian é da opinião que sejam chamados profissionais específicos de restauração para que tenhamos aparato técnico para tomar as decisões corretas. Para que o Conselho possa deliberar sobre estas restaurações ou reformas com fundamentação técnica. Renata explicou que estamos com problemas também com as portas do Aeroporto, por não encontrar um marceneiro restaurador. Foi encontrado apenas um marceneiro que passou um orçamento de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por cada porta. Devido aos recursos serem pequenos, Renata disse que este é o motivo de alguns Bens ficarem sem restauração. Devido ao alto preço cobrado pelos especialistas na área as restaurações não conseguem ser realizadas. Renata encontrou outro marceneiro que disse que as portas podem ser restauradas, não precisando ser refeitas e logo que ele passar o orçamento das mesmas, será apresentado ao Conselho para deliberação. Com o piso será tomada a mesma providência com apresentação dos orçamentos para deliberação e iniciar os trabalhos. Demian disse que o dinheiro existe. O que precisa ser definido é a ordem de prioridade. Onde é mais interessante investir o dinheiro? Na restauração do Aeroporto para receber visitação o ano todo, ou investir em apenas um evento? Um evento bonito, mas que acontece apenas por poucos dias. Demian disse que o Conselho deveria pressionar para que o dinheiro venha para as obras que são necessárias para o Patrimônio da Cidade. O Conselheiro Alexandre Paulino Lopes falou sobre a importância e utilidade do Aeroporto, principalmente para turistas, por isso necessita de manutenção. Sendo que o Aeroporto é uma referência para o Município. Renata disse que sobre as reformas foi decidido junto ao Prefeito Municipal Walter José Lessa que seria realizada ainda este ano a reforma do prédio que abrigará a Casa da Cultura na Estação, depois o Coreto da Estação. No início de 2023 a restauração do Aeroporto e se o piso do Aeroporto requerer um estudo e um conhecimento especializado, deveríamos começar pelo banheiro, que está muito danificado e não requer tanta especificação e as mudanças precisam ser feitas principalmente devido a acessibilidade. Luiz Claudio disse que mesmo o banheiro do Aeroporto estando em ordem e funcionando, o banheiro atende ao movimento normal do Aeroporto, no caso de ter um evento será necessário contratar banheiro químico, por isso a necessidade de todos os eventos passarem antes pelo Conselho para analisar se a infraestrutura do Bem em questão é suficiente para cobrir todas as necessidades dos eventos. Renata Costa Prado colocou em votação a execução das obras nos banheiros e depois das portas do Aeroporto. Os Conselheiros analisaram a questão e aprovaram por unanimidade, sendo que Renata levará a

Paulo Alves Netto

decisão até o Prefeito para definição de onde sairá o recurso para as obras do banheiro, pois a restauração das portas será com recurso da Prefeitura. Paula lembrou que mesmo sendo recurso da Prefeitura se forem guardadas as notas e todo processo documental referente a restauração o Patrimônio receberá pontuação do ICMS Cultural. Demian ressaltou que uma das diretrizes referentes ao Aeroporto é a colocação de luzes indiretas, iluminação cênica para dar uma prospecção para o Bem, neste caso é uma solicitação do próprio Dossiê e disse também que soube que as duas casas próximas ao Aeroporto que fazem parte do entorno do Tombamento estão para serem vendidas. As casas são de estilo colonial. E neste caso, se forem vendidas e alteradas sua arquitetura como ficaria essa situação sendo que as mesmas fazem parte do entorno do Aeroporto? Paula Alves Netto explicou que as construções que estão na área de entorno não deviam ser descaracterizadas, mas para isso o Município precisa ter uma Legislação específica a esse respeito e se for feita alguma modificação que esta não afete a altimetria do imóvel. Se por exemplo uma pessoa comprar uma dessas duas casas e fizer uma obra ela não terá nenhum problema legal de crime contra o patrimônio, porque não é crime. A discussão a este respeito é muito grande. Os Bens Inventariados são tratados hoje pelo Ministério Público como Patrimônio, sendo esta uma interpretação do Promotor, pois não é uma Lei. Se alguém comprar um Bem Inventariado e quiser derrubar e construir outro prédio faz isso, porque não está previsto em Lei. Por isso é importante o Zoneamento de Proteção do Patrimônio que é feito no Plano Diretor do Município, porque dá uma base legal para discussão de intervenção em área de perímetro e de entorno. Por exemplo uma pessoa compra uma das casas no entorno do Aeroporto, no Cartório de Registro de Imóveis ele não tem como saber se é área de entorno, na escritura do imóvel não vem nada averbado que a casa é perímetro de entorno de tombamento. A pessoa que compra não pode ser lesada e a justiça não pode retroagir para prejudicar, pois está previsto na Constituição. Se o comprador entrar na justiça com uma causa dessas ele ganha, pois não sabia que aquele Bem estava em área de perímetro de tombamento. Por isso se não houver a legislação estruturada dentro do Plano Diretor do Município e que o Cartório de Registro de Imóveis também seja responsável, sendo que o proprietário tenha a obrigação de averbar esta condição do imóvel na escritura, não tem como haver um controle de fato. Tem que estar averbado para que a pessoa tenha conhecimento e assim possa ser acionada se for o caso. Pois mesmo se o Ministério Público entrar com o processo, não havendo averbação, o Bem é protegido, mas de forma subjetiva, pois a Legislação prevê que o Patrimônio ou é um Bem Tombado ou Registrado. O inventário é um Patrimônio, mas que não foi protegido legalmente, não tendo respaldo legal. Pode haver um processo, haver desgaste, mas no final quem comprou o imóvel inventariado e fez as modificações vai ganhar a causa. Muitas vezes a comunidade não reconhece aquele Bem como um Patrimônio, pois a questão do Patrimônio vem com a Comunidade, pois ela é a detentora do Bem. Se a Comunidade não valoriza aquele Bem, aquele não é um Bem. Antigamente se a administração pública queria tomar determinado bem tombava, era um ato administrativo, impositivo, pelos mais diversos interesses. Hoje não se faz um Tombamento por ato administrativo, nem legislativo e nem executivo. Porque por exemplo no Dossiê do Aeroporto a Comunidade participou para ser feito, se amanhã a comunidade não reconhecer mais aquele Bem ele deixa de ser um Bem, pois o patrimônio não é impositivo, ele faz parte da comunidade. Para esclarecer a comunidade é fundamental a Educação Patrimonial, porque as pessoas precisam entender e compreender as relações de patrimônio como um Bem que as identifiquem perante as outras comunidades. Essa compreensão vem através da vivência da Educação Patrimonial. Paula Alves Netto aproveitou para citar alguns projetos de Educação

Paula Alves Netto

Patrimonial. Um projeto dela e do Alexander seu sócio na Empresa de Consultoria Minas Colosso que passou no Fundo Estadual de Cultura, viabilizado pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais, que já foi realizado tendo como objetivo a formação dos detentores dos Coletivos em Editais de Capacitação do Patrimônio, para capacitar o detentor do Coletivo para pleitear recursos via Editais de Financiamento. Foi uma ação de Educação Patrimonial que já foi concluída. Foi solicitado para a Diretoria de Cultura o apoio referente a impressão do material didático. A impressão desse material é importante porque os participantes não conseguem se lembrar de tudo que foi passado no curso e este material serviria de guia, como seguir as orientações passo a passo. Na verdade, é uma cartilha que irá conter o conteúdo que foi ministrado neste curso. Outro curso que Paula Alves Netto ministrará começa semana que vem e é de formação de guias de turismo em Patrimônios Culturais de São Lourenço, tendo como público alvo estudantes da rede pública de ensino, que estão no EJA ou 3º ano do ensino médio. Tendo trinta pessoas inscritas. O curso será realizado na Escola Túlio Bento. Paula explicou que o número de trinta alunos foi pensado, para ser lançado e ter uma possibilidade real de inserção no mercado de trabalho, pois se forem capacitadas trezentas pessoas, não há demanda de trabalho para todos. Além de conhecer os patrimônios e a memória da cidade, esses estudantes vão passar essas informações para os turistas. Esse curso também será financiado pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais, menos o material didático, como no curso anterior. O material entra como difusão do patrimônio, sendo um suporte para que os alunos possam consultar no futuro, ressaltando que a Educação Patrimonial pontua através do ICMS Cultural. Demian vê a necessidade de além de fazer o material impresso, também fornecer o material no formato digital para atender todos os públicos. A Diretora de Cultura Renata Costa Prado colocou em votação sobre a impressão das cartilhas para os participantes dos dois cursos. Todos os Conselheiros votaram a favor da impressão das cartilhas. A Conselheira Auyra pergunta o que o Conselho poderia fazer para ajudar o Gustavo, da Orquestra dos Violeiros. Renata aproveitando o assunto falou sobre o Edital de Credenciamento que foi aprovado em ata pelo Conselho em 2021, no qual cada Coletivo receberia o valor de R\$3.000,00 (três mil reais). A contabilidade não permitiu que o pagamento desse recurso fosse realizado. Em 2022 Renata se reuniu com o responsável da cada Coletivo individualmente para eles exporem suas demandas no valor máximo de R\$3.000,00 (três mil reais). Será feita uma licitação dessas demandas para conseguir atendê-los. O responsável pela Orquestra de Violeiros Gustavo além da demanda da Orquestra de Violeiros solicitou também o transporte para apresentação da mesma em outra cidade. Renata conseguiu o transporte para a Orquestra através da Secretaria de Educação. Mas houve uma denúncia no Ministério Público que a Educação estava fazendo transporte ilegal e até que esta denúncia seja averiguada todos os transportes da Educação foram cancelados. Isso aconteceu um dia antes da apresentação da Orquestra dos Violeiros. A Conselheira Auyra disse que além dessa situação, Gustavo sofreu um acidente de moto, quebrando o ombro e ficará três meses sem poder trabalhar. Auyra pergunta se existe uma forma do Conselho, através do patrimônio ajuda-lo neste momento. Renata pergunta para a consultora Paula Alves Netto se teria uma forma de ajudar. Paula explicou que quanto ao transporte a solução é fazer uma licitação de transporte para atender as demandas da Cultura. Existe uma Lei Federal que o transporte da Educação só pode ser usado para atender os alunos da rede municipal de ensino. Não pode atender nem os alunos da rede Estadual, apenas Municipal. Então a Cultura não poderá contar mais com transporte através da Educação. A solução é licitar um micro-ônibus para as datas que a Cultura precisa para atender as suas necessidades. Paula disse que sobre o Gustavo precisa pensar em algum projeto.

Paula Alves Netto

pois do Patrimônio não tem legalidade para assisti-lo. Paula disse que Gustavo tem um projeto com Auyra de resgate da Catira, que é a dança que acompanha a moda de viola. No Sul de Minas não tem nenhum grupo de Catira. Esse projeto foi inscrito no Edital da Secretaria Estadual de Cultura, mas quem inscreveu esqueceu de colocar alguma documentação e eles foram desabilitados. O projeto apresenta a Orquestra de Violeiros tocando e acompanhando a dança de Catira que marca o som com o barulho do sapateado. Renata solicitou que o projeto seja apresentado para a Cultura e para o Conselho e dependendo do valor, será analisado e se aprovado seria uma forma de ajudá-lo. Mesmo o Gustavo estando acidentado, o projeto poderia ser iniciado, pois tem várias pessoas envolvidas e depois Gustavo faria a parte dele. Esta seria a única forma legal. Ainda voltando ao assunto do Aeroporto a Conselheira Gilsea disse que existem máquinas que fazem polimento nos pisos sem precisar de remoção. Renata disse que vai solicitar um orçamento da Empresa DCA para analisar o piso e ver se seria viável fazer o polimento e a limpeza do mesmo. A próxima pauta foi sobre a Ermida, para a qual está fechado o acesso através do Parque das Águas devido a falta de corrimão na escadaria. O engenheiro da Prefeitura Thiago Macedo passou um valor estimado de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para o valor do corrimão de aço inox duplo para que resista ao tempo e as intempéries. Thiago Macedo vai entregar para Renata o orçamento exato para apresentação neste Conselho. Demian levantou a questão se a escadaria pertence ao Parque das Águas. Renata esclareceu que a escadaria faz parte do entorno de Tombamento da Ermida. Quando o orçamento estiver pronto, Renata convidará o Padre Lucas, Pároco da Igreja de São Lourenço para uma reunião com o Conselho e juntos será decidido como será realizado o pagamento deste corrimão, se o recurso sairá do ICMS Cultural ou se a Igreja vai arcar com o pagamento total ou com parte dele. Renata sugeriu que nossa próxima reunião seja na Ermida, sendo convidados o Padre Lucas e o Diretor do Parque das Águas Leandro, colocando assim em prática o projeto de visitar aos nossos Patrimônios, pois além da situação do corrimão existem outras intervenções que precisam ser feitas na Ermida, como por exemplo sanar as infiltrações. A próxima pauta foi sobre a inclusão e alteração de membros deste Conselho. A Conselheira Titular Maria de Fátima da Silva está no Conselho através da Associação da Aldeia Vila Verde, mas ela saiu da Presidência. Renata pergunta se neste caso ela precisaria deixar o Conselho. Demian disse que se ela continua a fazer parte da Associação não precisa ser alterado, pois o membro do Conselho não precisa ser presidente da Associação, precisa apenas fazer parte da mesma. No próximo assunto Renata falou sobre a futura Casa da Cultura que está quase pronta e terá espaço para expor as fotos, montagem de um Museu e estamos desmembrando a Diretoria de Cultura da Secretaria de Turismo, se transformando em Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Além de aumentar os recursos com os quais trabalhamos atualmente, teremos uma equipe de trabalho maior para atender às diversas demandas que se apresentam, será criado outro Conselho de Cultura e novo organograma. A Lei para a transformação em Secretaria Municipal de Cultura não irá passar na Câmara junto com a Lei 02 para ser votada, mas passará separadamente, por ser um projeto à parte e individualizado. A Lei sobre a Secretaria de Cultura pode ser passada na Câmara mesmo sendo este um período eleitoral, apenas não poderá ser criado cargo para o organograma, que será feito após o período. Renata disse que através da Lei 02 a Biblioteca voltará para a Secretaria de Educação, deixando de pertencer à Diretoria de Cultura. Demian disse que os cargos para a Secretaria devem ser cargos oriundos de Concurso Público e não através de indicação, pois os cargos de nomeação são apenas para gerenciamento e direção. Renata explicou que a Secretaria de Cultura por enquanto continuará da forma que está a Diretoria. Quando passar a

 Paulo Sérgio

 Paulo Sérgio

 Paulo Sérgio

 Paulo Sérgio

 Paulo Sérgio

Lei 02 e puder ser criado os novos cargos, serão realizados concursos públicos para preenche-los. Paula Alves Netto sugeriu que Renata não deveria abrir mão da Biblioteca, pois quando for criada as Comissões da Secretaria de Cultura, uma dessas comissões será relacionada a literatura. Nada mais havendo a declarar, eu, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes lavrei esta Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Renata Costa Prado Renata Costa Prado

Alexandre Paulino Lopes [Signature]

Josias Sebastião de Souza [Signature]

Maria Aparecida Martins Duarte Nunes [Signature]

Gilsea Pereira Gonzaga Gilsea Pereira Gonzaga

Luiz Cláudio de Almeida Maciel [Signature]

Auyra Ferrer Haeyden [Signature]

Demian Mendes Lage Demian Mendes Lage

Paula Alves Netto Paula Alves Netto